

Escola crítica e política cultural no contexto das políticas curriculares brasileiras

• Vinicius Batista da Silva

RESUMO

A globalização, os avanços tecnológicos e o neoliberalismo têm impulsionado, nas últimas décadas, o surgimento de novas formas de sociabilidade, rompendo paradigmas nos âmbitos cultural, social, político e econômico, com destaque para as políticas educacionais brasileiras. Nesse contexto, emerge o questionamento sobre o papel da educação na formação do homem contemporâneo, bem como sobre a função da escola e dos professores nesse processo. Esta reflexão se fundamenta na Pedagogia Crítica de Henry Giroux, especialmente em sua obra "Escola Crítica e Política Cultural". O presente trabalho apresenta uma análise crítica dessa obra, buscando estabelecer relações com os desafios e a realidade da educação brasileira atual.

Palavras-chave

Globalização, Neoliberalismo, Educação brasileira

CRITICAL SCHOOLING AND CULTURAL POLITICS IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN CURRICULUM POLICIES

ABSTRACT

Globalization, technological advancements, and neoliberalism have driven the emergence of new forms of sociability in recent decades, disrupting paradigms in the cultural, social, political, and economic spheres, with particular emphasis on Brazilian educational policies. In this context, questions arise about the role of education in shaping the contemporary individual, as well as the role of schools and teachers in this process. This reflection is grounded in Henry Giroux's Critical Pedagogy, particularly his work "*Critical Schooling and Cultural Politics*." The present study provides a critical analysis of this work, seeking to establish connections with the challenges and realities of contemporary Brazilian education.

Keywords

Globalization, Neoliberalism, Brazilian education

Introdução

"Este ensaio teórico revisita a obra de Henry Giroux, especificamente suas teorias sobre a pedagogia crítica e sua importância frente aos desafios impostos pela globalização, pela instrumentalização do ensino e pelas demandas neoliberais. Ao destacar como essas forças moldam

as práticas educacionais, o texto busca oferecer uma análise crítica do papel da escola e dos professores na sociedade contemporânea.

O principal objetivo deste trabalho é ressaltar o papel dos professores como intelectuais transformadores, capazes de questionar paradigmas que perpetuam desigualdades sociais e culturais. Giroux (1987) defende que a escola deve ser entendida como uma esfera pública de oposição, onde a pedagogia radical se apresenta como uma forma de política cultural, integrando educação e democracia.

Parafraseando Ítalo Calvino¹, “clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Assim, a obra de Giroux, especialmente sua defesa de uma pedagogia crítica, permanece relevante ao oferecer novas interpretações para os desafios da educação atual. Neste contexto, este ensaio está estruturado em três partes: primeiro, uma contextualização sobre o pensamento de Giroux; em seguida, uma análise de sua obra 'Escola Crítica e Política Cultural'; e, por fim, uma correlação com as políticas educacionais brasileiras e os desafios contemporâneos.

A instrumentalização do ensino, neste texto, refere-se ao processo de subordinação das práticas pedagógicas a interesses econômicos e corporativos, reduzindo a educação a um instrumento funcional, que atende mais às necessidades de mercado do que às demandas sociais. Giroux critica essa abordagem, chamando a atenção para a necessidade de práticas educacionais que valorizem o pensamento crítico e a participação democrática."

Um pouco sobre o educador Henry Giroux

Henry Giroux², educador norte-americano, iniciou sua trajetória como professor de história no ensino médio. Nos anos 1980, começou a publicar estudos pioneiros sobre pedagogia crítica, propondo uma atualização dessa abordagem sob influência de Paulo Freire, John Dewey, os marxistas da Escola de Frankfurt e Antônio Gramsci. Essas influências moldaram sua visão de que a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, sendo um instrumento para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Em seus trabalhos mais recentes — *Pedagogia da Resistência: Contra a Ignorância Fabricada* (2022), *Educação, Direitos Sociais e Políticas Públicas: Práticas, Críticas e Utopias* (2022), *Raça, Política e Pedagogia Pandêmica: Educação em Tempos de Crise* (2021), *Sobre Pedagogia Crítica, 2ª Edição* (2020) e *Educação, Cultura e Lutas pela Democracia* (2023) e

¹ Ítalo Calvino. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² As informações sobre a biografia do autor foram extraídas de sua página oficial na internet disponível no endereço eletrônico: <http://www.henrygiroux.com/index.html>.

Educação em Tempos de Políticas Contrarrevolucionárias (2023) — Henry Giroux aprofunda as reflexões sobre as relações entre poder, democracia, conhecimento, política e educação crítica, ampliando a compreensão das dinâmicas de controle nas instituições educacionais. Seus estudos abordam temas como educação, juventude, cultura, mídia e os desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Giroux enfatiza o papel do professor como intelectual público e da escola como esfera pública, desafiando currículos tradicionais que perpetuam desigualdades.

Em suas obras, inspirado pelos filósofos da Escola de Frankfurt, Henry Giroux critica de forma contundente, o currículo tradicional, que considera restritivo e imposto. Giroux entende o currículo como uma política cultural e direciona sua crítica à racionalidade técnica e utilitária que o fundamenta. Seus argumentos partem da premissa de que as práticas curriculares devem ser analisadas a partir de perspectivas históricas, éticas e políticas, em vez de se basearem em valores e atitudes implícitos que frequentemente buscam conformar os indivíduos à ordem social, política e econômica vigente. Essa conformação é evidente em práticas escolares que priorizam a obediência e a disciplina em detrimento da criatividade e do pensamento crítico. Além disso, Giroux ressalta o papel fundamental do professor no processo de democratização e transformação do ensino, defendendo a necessidade de educadores que promovam uma educação crítica e emancipatória.

Henry Giroux defende que o professor deve ser um intelectual público, comprometido com a construção de uma educação crítica e emancipatória, e não um mero executor técnico de políticas educacionais padronizadas. Essa perspectiva, amplamente discutida na obra analisada neste ensaio, destaca a importância de educadores que assumam um papel ativo na promoção de mudanças sociais significativas. Giroux também critica métodos de avaliação que privilegiam a formação de mão de obra voltada exclusivamente para o mercado, em detrimento da formação de cidadãos capazes de refletir criticamente sobre a sociedade. Para o autor, a educação deve ser concebida como uma prática de liberdade, promovendo transformações sociais e culturais, alinhando-se, nesse sentido, à visão de Paulo Freire sobre a práxis educativa.

O que diz o autor na obra “Escola Crítica e Política Cultural?”

Mesmo tendo sido publicada em 1987, a obra de Henry Giroux, ‘Escola Crítica e Política Cultural’, continua sendo instigadora para pensar a educação em tempos contemporâneos. O autor propõe reflexões críticas sobre as funções da escola pública, sobre o papel dos professores enquanto intelectuais críticos, e sobre os desafios impostos pelas transformações sociais e políticas no cenário educacional. Giroux destaca que, para enfrentar esses desafios, é essencial compreender a escola

como um espaço de luta democrática e a pedagogia como uma forma de política cultural, capaz de transformar as condições sociais e promover a emancipação dos sujeitos.

A obra está estruturada em dois eixos principais. No primeiro, Giroux aborda a Pedagogia Radical e discorre sobre a figura do professor como intelectual transformador. Ele analisa o fenômeno da proletarização do magistério, caracterizado pela redução do trabalho docente a tarefas técnicas e pela desvalorização da natureza intelectual da profissão. Giroux classifica os professores em quatro categorias principais:

Intelectuais Transformadores: Professores que unem a prática pedagógica à ação política, questionando estruturas sociais opressivas e promovendo mudanças significativas.

Intelectuais Críticos: Educadores que reconhecem as injustiças, mas não se engajam diretamente em movimentos de transformação, limitando-se à análise e à reflexão.

Intelectuais Adaptados: Professores que, de forma passiva ou inconsciente, reproduzem as práticas dominantes, mesmo quando não as defendem explicitamente.

Intelectuais Hegemônicos: Docentes que alinham suas ações aos interesses das elites, legitimando as estruturas de poder e contribuindo para a manutenção do status quo.

Essas categorias demonstram os diferentes papéis que os professores podem desempenhar no sistema educacional. Giroux enfatiza que a transformação da educação depende da postura ativa e crítica dos professores, que precisam enxergar a escola como uma esfera pública de resistência.

Para Giroux (1987), a tarefa central da categoria de intelectuais transformadores é “tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico”. Isso significa que a educação precisa se inserir mais na esfera política, uma vez que os processos de escolarização são permeados por disputas de significação e relações de poder. O papel dos estudantes nesse processo seria, por meio da reflexão crítica, combater as injustiças e transformar a si mesmos.

Os intelectuais críticos, por sua vez, não se consideram ligados a projetos de formação social. Embora críticos das injustiças, não se posicionam ou se engajam em movimentos de luta, contentando-se com a interação com os movimentos e considerando a influência recíproca e a integração como importantes para o intelectual transformador.

Os intelectuais adaptados, embora nem sempre conscientes, colaboram para a sustentação da sociedade dominante e das classes de elite. Mesmo sem defender o status quo e sem concordar com a política vigente, eles agem na produção e mediação de ideias e práticas sociais que favorecem as classes dominantes.

Já os intelectuais hegemônicos, como descreve Giroux (1987), se apresentam objetivamente como líderes morais e intelectuais ao serviço das classes dominantes. Vendem sua força de trabalho, mas não controlam o sistema educacional. Ou seja, embora existam tensões e conflitos possíveis,



esses intelectuais veem nessas situações uma oportunidade de transitar para outras categorias.

Após descrever as categorias que classificam os professores como intelectuais, Giroux defende a categoria daqueles que, em sua visão, são capazes de transformar escolas e universidades em esferas públicas de resistência. No entanto, ao assumir a posição de intelectual transformador, ele enfrenta um paradoxo: por ser a escola seu local de trabalho, precisa defendê-la, mesmo reconhecendo que ela é fundamental para a manutenção da cultura dominante. Ao mesmo tempo, transforma a escola em um terreno político, onde é possível fomentar o pensamento e as práticas sociais críticas.

A primeira parte da obra chama a atenção pelo destaque que o autor dá à figura do professor como um intelectual transformador. Giroux defende que somente é possível uma transformação radical na educação se os professores progressistas compreenderem a escola como uma esfera pública de oposição. Segundo o autor, a indústria cultural, nas últimas décadas, enfraqueceu os espaços sociais alternativos, antes capazes de promover o pensamento crítico e de estimular grupos subordinados a fortalecer seus próprios intelectuais.

Nesse sentido, o autor pontua que

[...] quero defender o ponto de vista de que os educadores radicais precisam construir uma linguagem que considere os professores como intelectuais transformadores, a escola como esfera de oposição e a pedagogia radical como uma forma de política cultural. Isto é, entendo a escola como esfera pública que mantém uma associação indissolúvel com as questões de poder e de democracia. (Giroux, 1987, p. 8).

O pano de fundo das obras de Henry Giroux é a política educacional dos Estados Unidos, um país que, desde a década de 1980, observa uma crescente perda de poder dos professores em todos os níveis da educação pública (Giroux, 1987). No entanto, situações similares às analisadas pelo autor podem ser observadas no Brasil, onde educadores enfrentam desmotivação e frustração crescentes. Esses sentimentos resultam de políticas educacionais que atendem a interesses neoliberais, restringindo gradativamente a autonomia e a criatividade docente.

Giroux, em seus textos, incentiva os educadores a resistirem a esses processos e a se posicionarem criticamente como intelectuais transformadores. Ele destaca a necessidade de enfrentar políticas conservadoras que tentam hegemonizar uma definição de educação de "excelência", frequentemente subordinada a projetos neoliberais. Nesse sentido, o autor enfatiza o papel do professor não apenas na execução de tarefas, mas também na reflexão sobre sua prática — o que Paulo Freire já havia descrito como práxis, entendida como a união entre ação e reflexão crítica para promover mudanças sociais.

O autor analisa como o magistério tem sido subordinado a uma divisão técnica e social do trabalho, que, por sua vez, distancia os professores do controle sobre os processos educacionais. Essa

dinâmica os amarra aos ditames de especialistas alheios ao contexto da sala de aula e reforça a distância política entre aqueles que controlam a escola e aqueles que estão diretamente envolvidos com os estudantes e os currículos (Giroux, 1987). Como resultado, os professores ficam relegados à execução de tarefas meramente instrumentais, sem espaço para práticas críticas ou discursos de oposição. Esse processo reduz a pedagogia a uma sistematização metodológica desprovida de reflexão crítica e transforma o conhecimento em objeto de mera aplicação técnica.

Para Giroux, a imposição de uma rotina instrumental não apenas proletariza os professores, mas também contribui para o desaparecimento do trabalho docente como categoria intelectual. Essa mudança culmina na redução do pensamento crítico e na valorização de uma abordagem técnica, herança das pedagogias positivistas. Embora este texto não se aprofunde nas discussões sobre essas pedagogias, é importante ressaltar que a racionalidade técnica está intrinsecamente ligada aos interesses neoliberais. Nesse contexto, as pedagogias positivistas reaparecem como aliadas do processo de padronização do conhecimento e da desvalorização do trabalho intelectual crítico desenvolvido pelos professores.

Nos moldes dessa racionalidade técnica, a formação de futuros professores é frequentemente orientada por uma perspectiva behaviorista, focada na especialização metodológica e no refinamento técnico. Esse modelo busca transformar os professores em obedientes servidores civis, priorizando a eficiência técnica em detrimento de uma formação crítica e reflexiva (Giroux, 1987). Tal abordagem contraria não apenas os princípios de uma gestão democrática, mas também reforça uma visão despolitizada da administração escolar, comprometendo a capacidade dos professores de atuar como agentes de transformação social.

Em sua análise, o autor discorre sobre como o magistério tem sido subordinado a uma divisão técnica e social do trabalho. Esse processo ou limita o professor aos ditames de especialistas³ que não vivenciam a realidade da sala de aula, ou amplia o distanciamento político entre aqueles que controlam a escola e os que realmente trabalham com os estudantes e os currículos (Giroux, 1987). Como resultado, os professores são relegados a tarefas meramente instrumentais, sem espaço para um discurso crítico ou práticas de oposição, e a pedagogia se resume à sistematização do conhecimento e à objetificação metodológica.

Para Giroux, os professores não estão sendo apenas proletarizados; a imposição de uma rotina instrumental tem contribuído para a perda da função intelectual do trabalho docente. Essas mudanças resultaram na diminuição do pensamento crítico e na adoção de uma abordagem técnica herdada das pedagogias positivistas. Embora não seja o objetivo deste texto aprofundar a discussão sobre as

³ O autor denomina estes especialistas como “conselheiros de políticas oficiais” dando nova dimensão entre conhecimento e poder, onde as ciências sociais mantêm ligação direta a práticas sociais e ideologias de mercado.

pedagogias positivistas, é importante destacar que a racionalidade técnica na educação busca promover um modelo pedagógico no qual o trabalho docente se limita à aplicação de conhecimentos teóricos e técnicos, com foco na resolução de problemas e lacunas voltados para interesses mercadológicos. Nesse processo, a formação docente é marcada por uma concepção simplista e linear dos processos de ensino, alinhada aos interesses neoliberais e ao retorno das pedagogias positivistas, que visam padronizar o conhecimento e desvalorizar o trabalho intelectual crítico dos professores.

Dentro dessa perspectiva, a formação de futuros professores foca em torná-los meros transmissores de conhecimentos e aplicadores de conteúdos previamente determinados, priorizando a especialização e o refinamento metodológico, preparando-os para serem obedientes servidores civis (Giroux, 1987). Esse modelo de formação, pautado pela racionalidade técnica e mercadológica, contradiz os princípios da gestão democrática e promove uma visão despolitizada da administração escolar.

No segundo eixo da obra, Giroux analisa os impactos das políticas neoliberais na educação pública. Ele argumenta que essas políticas transformam as escolas em instrumentos de reprodução cultural e econômica, priorizando resultados quantitativos e habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico. A burocratização crescente e a padronização curricular, associadas a essas políticas, limitam a autonomia dos professores, restringindo sua capacidade de implementar práticas pedagógicas inovadoras e contextuais.

Giroux introduz o conceito de currículo oculto, que se refere aos valores e atitudes implícitos no processo educacional, muitas vezes não declarados nos documentos oficiais. Por exemplo, em escolas que enfatizam a obediência e o controle disciplinar em detrimento da criatividade e da autonomia, o currículo oculto reforça uma lógica de conformidade social que favorece as elites e marginaliza os grupos subalternos. Essa prática é vista pelo autor como uma das formas mais sutis, porém eficazes, de reprodução das desigualdades.

Outro ponto central do pensamento de Giroux é a defesa da escola como uma esfera pública e da pedagogia radical como uma ferramenta para enfrentar os desafios impostos pela racionalidade neoliberal. Ele apresenta três discursos que fundamentam a pedagogia radical:

O discurso da produção: Focado na análise das relações externas que influenciam as práticas educacionais, como as demandas do mercado e as políticas de Estado, evidenciando como esses fatores moldam a dinâmica escolar.

O discurso da análise do texto: Direcionado à interpretação crítica de currículos, materiais didáticos e outros textos educativos, buscando revelar as ideologias implícitas e os significados por trás das narrativas dominantes.

O discurso das culturas vividas: Valoriza as experiências, memórias e subjetividades de alunos

e professores, conectando essas vivências ao processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma educação que reflita as identidades culturais e sociais da comunidade escolar.

Giroux argumenta que, ao integrar esses discursos, é possível transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva, onde o conhecimento não seja apenas transmitido, mas também produzido de maneira dialógica e emancipatória.

Sob influência de Paulo Freire, Giroux (1987) faz uma associação da pedagogia radical a uma forma de política cultural, a fim de propagar a ideia de que a união entre as noções de luta, as expressões dos estudantes e o diálogo crítico possa levar ao desenvolvimento de uma pedagogia emancipatória. Neste sentido, uma pedagogia radical vinculada à ideia de política cultural, dentro de seus processos formativos, deve se atentar a como os processos culturais são produzidos e transformados. Para que isso ocorra, Giroux (1987) propõe uma análise sob três perspectivas de discursos que se inter-relacionam: o discurso da produção, o discurso da análise do texto e o discurso das culturas vividas.

O discurso da produção diz respeito à rede de relações sociais mais globais que influenciam a política da escola e podem dificultar que professores e alunos desenvolvam suas capacidades intelectuais críticas. Por outro lado, revela a influência do Estado, das organizações externas e dos interesses políticos sobre a prática escolar. A partir dessas observações, professores e alunos podem exercer o pensamento crítico reflexivo.

O discurso da análise do texto é um tipo de crítica que proporciona a possibilidade de identificar as formas culturais produzidas e usadas em sala de aula, fornecendo aos professores e alunos possibilidades de análise das representações curriculares por meio de discussões que possibilitam compreender as ideologias e os significados implícitos nos textos.

O discurso das culturas vividas refere-se a como professores e alunos significam, incorporam e reproduzem a história, a política e a cultura. Para isso, é necessário reconhecer as formas de subjetividade dos estudantes sobre os sentidos que conferem à política e à luta. A partir disso, em um processo de autoprodução, desenvolve-se um novo tipo de crítica sobre como as pessoas criam suas memórias e narrativas e dão sentido à determinação e à ação.

Dentre outras defesas apresentadas pelo autor ao longo da obra, ele chama a atenção para a importância da “voz do professor”. Isso significa ser imprescindível que os educadores radicais transformadores se articulem coletivamente em defesa de um movimento social dedicado à reestruturação das condições ideológicas e materiais que atuam dentro e fora da escola (Giroux, 1987, p. 99).

O pensamento de Giroux é especialmente relevante no contexto brasileiro, onde as reformas educacionais recentes, como o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletem a influência de políticas neoliberais que priorizam a formação técnica em detrimento da



formação cidadã. Essas políticas, muitas vezes orientadas por organismos internacionais, promovem currículos padronizados que ignoram as especificidades culturais e sociais das comunidades escolares. Giroux alerta que, para resistir a essas tendências, é indispensável que os professores se organizem coletivamente e assumam seu papel como intelectuais transformadores.

A obra ‘Escola Crítica e Política Cultural’ conclama educadores a repensar suas práticas pedagógicas, defendendo a escola como um espaço de luta democrática. Ao propor uma pedagogia radical, Giroux oferece uma visão inspiradora para aqueles que desejam transformar a educação em um instrumento de justiça social e emancipação.

Escola crítica e política cultural e o contexto das políticas curriculares brasileiras

A onda neoliberal retomada e intensificada nos anos 1990 foi um marco nas reformas educacionais no Brasil e em vários outros países em desenvolvimento. Esse período foi amplamente influenciado por organizações internacionais, que buscavam participar da reordenação das políticas sociais. O foco dessas iniciativas era a formação de trabalhadores ajustados às novas demandas do sistema capitalista, vistos como peças importantes para a superação da crise do capital internacional. Assim, a educação foi concebida como o principal veículo para garantir essa formação. Para alcançar esse objetivo, tornou-se essencial que essas organizações influenciassem a elaboração de políticas educacionais.

Corroborando com esse pensamento, a análise desenvolvida por Frigotto e Ciavatta (2003), ao destacarem que

As análises críticas do período do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) são abundantes tanto no âmbito econômico e político como no social, cultural e educacional. Todas convergem no sentido de que se trata de um governo que conduziu as diferentes políticas de forma associada e subordinada aos organismos internacionais, gestores da mundialização do capital e dentro da ortodoxia da cartilha do credo neoliberal, cujo núcleo central é a idéia do livre mercado e da irreversibilidade de suas leis (Frigotto e Ciavatta, 2003, p. 103).

Nessa dinâmica, os educadores desempenhavam um papel central na sustentação das reformas, sendo direcionados ao desenvolvimento de práticas alinhadas à racionalidade técnica. Tal abordagem moldava os professores como peças fundamentais para manter o funcionamento de um sistema educacional orientado por lógicas instrumentais.

Giroux (1997) aborda criticamente essa questão:

Há também uma crescente tendência política e ideológica, como expressam os debates atuais sobre reforma educacional, para afastar os professores e alunos de seu contexto e de suas

experiências culturais, em nome de abordagens pedagógicas que tornarão o processo escolar mais instrumental. Isto geralmente significa que professores e alunos serão ‘colocados’ dentro de abordagens curriculares e de esquemas de gerenciamento instrucional que reduzem seus papéis à implementação de objetivos de editores, de especialistas e de outros profissionais afastados das singularidades da vida diária da sala de aula (Giroux, 1997, p. 23).

Giroux evidencia como essas reformas desconsideram as experiências reais de professores e alunos, priorizando uma lógica padronizadora que favorece interesses externos em detrimento das dinâmicas culturais e sociais vivenciadas no cotidiano escolar.

Stephen Ball, um estudioso incontornável quando o assunto é sobre políticas educacionais, têm evidenciado em seus estudos, a existência de interconexões globais que impactam a educação e sobre como os Estados Nação vem sendo coagidos por uma agenda político-econômica transnacional cada vez mais intensa. Nesse jogo de interesses, as políticas educacionais apresentam-se como uma oportunidade de lucro e, sob esse aspecto surge o conceito de “edu-business” global, para o qual “consultores e as empresas educacionais que participam estão entregando “desenvolvimento” e política de ajuda (por um lucro potencial), desenvolvendo infra estruturas políticas locais e incorporando discursos de políticas ocidentais predominantes” (BALL, 2014 p. 38).

Nessa lógica, as políticas educacionais tornam-se mercadorias, negócios, comércio, podendo ser compradas em pacotes de supostas soluções para os problemas da educação pública e, assim, vários atores sociais se articulam na luta por verem seus interesses representados nas políticas. Compreende-se como atores sociais, os agentes públicos (alguns), como exemplo, [...] “Instituições financeiras e empresas — Itaú [Unibanco], Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, entre outras — além de Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, todos pela Educação, Amigos da Escola” (MACEDO, 2014, p. 1540).

Constatações como as de Macedo (2014) se aproximam dos argumentos de Ball (2014), quando defende que essas redes de políticas e os atores privados não apenas estão participando do debate das reformas educacionais como estão proporcionando novas formas de gerir, articular e participar da gestão governamental.

No Brasil, como reflexo da atuação dos diversos atores que compõem o campo de influências na definição e tentativas de implementação de políticas educacionais em Estados em Desenvolvimento, temos a aprovação da reforma do Ensino Médio “Novo Ensino Médio”, instituída pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, para o Ensino Médio, homologada em 14 de dezembro de 2018.

A partir de críticas contundentes da comunidade acadêmica e intensos protestos de entidades sindicais, organizações estudantis, sociedade organizada que pediam a revogação do “Novo Ensino Médio”, com a mudança de Governo, foi possível estabelecer o debate público e embora a opção não

tenha sido pela revogação, recentemente (Lei n. 14.945/2024, de 09 de julho de 2024) a Câmara dos Deputados aprovou a “reforma da reforma” do ensino médio.

Importante destacar que a agenda do Banco Mundial e suas políticas de financiamento de reforma dos Estados nacionais na América Latina, geralmente é condicionada a implementação de uma série de medidas apontadas pelo Banco Mundial. No Brasil, um exemplo claro disso foi o financiamento do Banco Mundial para viabilizar a implementação da reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) que resultou no acordo de empréstimo do MEC com o BIRD/BM, com a importância de 250 milhões de dólares destinados ao “Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio”. O acordo foi firmado no Senado Federal por meio da Mensagem nº 19, de 2018 (BRASIL, MSF nº 19/2018), que culminou no “Contrato de empréstimo para a reforma do Ensino Médio Nº 8812-BR 8813-BR” (2018).

No contexto brasileiro, a estratégia do Banco Mundial para concessão de reforma do ensino médio no governo foi a divulgação de uma série de relatórios com apontamentos de medidas que levariam a melhoria dos índices educacionais. Dentre esses relatórios podemos destacar: “Programa de apoio à implementação do Novo Ensino Médio” (2017); “Competências e Empregos: Uma Agenda para a Juventude: Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas” (2018); “Emprego e Crescimento: A Agenda da Produtividade” (2018); “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” (2018). Esses relatórios, além de não representarem o reflexo da realidade brasileira, são tendenciosos e influenciam a produção de políticas educacionais no Brasil.

Em uma criteriosa avaliação de um desses relatórios, especificamente o relatório intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil” (2018), o Professor Nelson Cardoso Amaral, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, pontua que

Um exame atento deste capítulo nos permite afirmar que há crassos erros conceituais, inferências sem comprovação e conclusões absurdas que beiram a irresponsabilidade. As análises realizadas pelo Banco Mundial possuem cunho absolutamente economicista e não consideram, em nenhum momento, a complexidade da sociedade brasileira que apresenta uma das maiores desigualdades sociais do mundo (AMARAL, 2018, p. 1)

No atual contexto da educação brasileira, é impossível discutir as reformas educacionais aprovadas sem relacioná-las às influências das políticas neoliberais que em dimensões transnacionais, condicionam o investimento financeiro em países em desenvolvimento a uma série de medidas ligadas a “reformas” e a melhoria de índices verificados por instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Programa Internacional

de Avaliação de Estudantes -PISA.

A pedagogia gerencial traz sérias consequências a atuação dos professores, uma vez que tende a substituir a reflexão crítica dos fenômenos sociais por um contexto gerencial alinhado aos interesses de conglomerados privados e da instrumentação da educação aos fins mercadológicos e o ideário neoliberal me parece se fazer presente no contexto das reformas com maior intensidade.

Autores como Noam Chomsky (2017), David Harvey (2011) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016) são referências na teorização acerca dos impactos do neoliberalismo na sociedade contemporânea, e abordam tanto suas origens quanto suas implicações econômicas, políticas e sociais e destacam como o neoliberalismo moldou a sociedade contemporânea, deslocando o foco das preocupações humanas para o mercado, em um processo que reconfigura as dinâmicas sociais, econômicas e culturais de forma estrutural.

Como discutido nos parágrafos anteriores, alguns atores políticos transnacionais (Banco Mundial e OCDE), vinculados ao pensamento neoliberal, com forte influência em países em desenvolvimento, têm procurado submeter a educação aos interesses de mercado, impactando profundamente a formação crítica que por sua vez, tende a ser substituída por uma formação articulada às lógicas tecnocráticas. Neste sentido, em movimento contrário a esses interesses, “é imperativo não somente considerar os professores como intelectuais, mas também contextualizar, em termos normativos e políticos, as funções concretas que os mesmos desempenham” (Giroux, 1997, p. 24).

Ao considerarmos que a educação formal (mas não somente) é constantemente permeada por disputas por significações, é possível concluir que a todo momento, direta e indiretamente os professores podem ser e são, partícipes nas disputas por sentidos de educação, sobre quais conhecimentos serão ensinados, como serão ensinados e para que serão ensinados.

A defesa dos professores enquanto intelectuais críticos transformadores se dão justamente pelo fato de eles serem importantes para o fortalecimento da escola enquanto esfera política de oposição às lógicas neoliberais e a formação de sujeitos técnicos, consumidores dos processos de produção.

A teoria educacional deve também ser compreendida como tendo um profundo compromisso em desenvolver a escola como espaço que prepare os estudantes para participar e lutar por esferas públicas democráticas. Isto significa que as teorias e as práticas educacionais devem ser avaliadas de acordo com seu potencial de fornecer condições para que professores e alunos compreendam a escola como esfera pública dedicada a formas de fortalecimento pessoal e social. (Giroux, 1997, p. 25).

A troca de textos e discursos em tempos de globalização, tem influenciado a forma que o especificamente o Brasil pensa e produz suas políticas públicas. Todavia estas trocas não ocorrem



espontaneamente, existem interesses de agências internacionais que apresentam interesse e mantêm influências sobretudo em países em desenvolvimento como o Brasil. Este processo de importação de políticas, ao serem introduzidas, são modificados, dando origem a novos processos de relações sociais.

O reconhecimento destas trocas de textos e discursos políticos é importante para compreendermos que não necessariamente uma política após cumprir o seu fluxo de produção, segue para seu destino para ser executada. Ao ter contato com estes textos, os professores dão novos sentidos a eles proporcionando novas formas de trabalho diferente daquelas idealizadas pelos grupos que influenciaram a produção do texto, isto é, a tentativa de regulação é fracassada ao passo que o professor enquanto intelectual crítico, a todo tempo é transgressor da “norma” uma vez que sua prática sempre será subjetiva.

Considerações finais

Como palavras finais, é importante resgatar uma das mais importantes defesas apresentadas por Henry Giroux, o autor enfatiza constantemente a possibilidade da resistência, isso quer dizer que professores e estudantes, coletivamente podem desenvolver processos educacionais que proporcionem a emancipação e a construção de uma pedagogia radical como forma de política cultural, cujo resultado formativo seja político e crítico das ideologias dominantes. A emancipação entendida por ele é aquela possibilitada por ações sociais politizadas.

Ao defender a escola como esfera pública e os professores como intelectuais transformadores, apoiando-se em Foucault, Giroux (1987, p. 43) argumenta que “as práticas de linguagem só podem ser compreendidas em termos de sua articulação com as relações de poder que estruturam a sociedade”. Isto significa que a linguagem é um terreno de disputas onde diferentes grupos sociais lutam poder e significação.

Discutir a educação hoje pelo viés da política cultural, implica considerar a importância do reconhecimento dos professores e professoras enquanto intelectuais críticos transformadores. Nesta dimensão, Henry Giroux ao pensar sobre o currículo, tem concentrado esforços para teorizar contrariamente às ideias reprodutivistas que buscam implicar o trabalho pedagógico ao encontro dos interesses econômicos.

O professor, como intelectual crítico, deve pautar seu trabalho na busca de uma formação escolar que vislumbre uma sociedade justa. Nesse contexto, é imprescindível reconhecer o caráter político do currículo, compreendido como texto, discurso, prática cultural e campo de disputas



constantes por significação acerca do que são educação e conhecimento. Por essa razão, Giroux oferece uma contribuição valiosa para o pensamento educacional contemporâneo. Ao se constituírem como 'intelectuais transformadores', os professores promovem a transformação da escola em um 'espaço público democratizado', onde os sujeitos do processo educacional exercem o direito à manifestação do pensamento crítico, contribuindo para uma transformação social gradual e para a valorização da cultura popular.

As defesas do autor ao longo de seu texto, podem ser correlacionadas ao contexto atual da educação brasileira.

As reformas na educação nacional aprovadas e em curso, não resultarão certamente, na qualidade e equidade do ensino como argumentam seus defensores. Nesta direção, é válido considerar o argumento de Giroux (1987, p.102) quando defende a necessidade de “reconsiderar e reconstituir a escola como esfera pública democrática, onde os estudantes possam aprender as habilidades e o conhecimento de que precisam para viver e lutar por uma sociedade democrática viável”.

Neste cenário de mudanças políticas e incertezas no âmbito da educação brasileira, é imprescindível que as escolas sejam esferas públicas democráticas capazes de auxiliar os alunos a constituírem os seus próprios projetos individuais e coletivos pautados nos princípios da justiça social. Assim, no contexto educacional brasileiro, as ideias de Giroux (1987) podem ser aplicadas por meio de projetos pedagógicos que integrem práticas culturais locais, promovam a autonomia dos estudantes e incentivem a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais. Assim, a compreensão dos professores como intelectuais transformadores pode se articular a essas práticas e contrapor com a lógica da instrumentalização educacional, construindo espaços onde o diálogo crítico e a emancipação se tornem parte do cotidiano escolar.

Para além das reflexões aqui apresentadas, é necessário avançar em estudos empíricos que demonstrem como a pedagogia radical pode ser efetivamente integrada aos currículos brasileiros, respeitando suas especificidades culturais e regionais. Assim, ao transformar a escola em um espaço de resistência e criação coletiva, professores e estudantes podem juntos construir um futuro educacional mais justo, democrático e alinhado às demandas de uma sociedade inclusiva.

Referências bibliográficas

AMARAL, Nelson Cardoso. **Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Universidade Federal de Goiás-UFG, 2017. Acesso em 16 de agosto de 2024. Disponível em: <https://ufg.br/n/102510-analise-de-professor-da-ufg-aponta-erros-em-estudo-do-banco-mundial>



BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**: v. 1. [S. l.]: Banco Mundial, 2017. Síntese. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: 19 de agosto de 2024.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Acesso em 19 de novembro de 2024. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

GIROUX, Henry. **A escola crítica e a política cultural**. Tradução de Dagmar M.L. Zibas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

_____, **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/vinis/Downloads/21666-Texto%20do%20artigo-55599-1-10-20141224%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vinis/Downloads/21666-Texto%20do%20artigo-55599-1-10-20141224%20(2).pdf). Acesso em: 15 de agosto de 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Vinicius Batista da Silva

É sociólogo e Pedagogo do Instituto Federal de Mato Grosso- IFMT. É doutorando em Educação pela Universidade Federal de Goiás-UFG. E-mail: vinicius.silva@roo.ifmt.edu.br - <https://orcid.org/0000-0003-1876-0414>